



*Ata de Análise do Recurso Administrativo apresentado pela empresa
SANTA LUZIA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.*

Recurso Administrativo nº. 1.455/2020

Processo de Origem nº 11.162/2019

Concorrência Pública de nº 018/2019

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, às 10:00 horas à Rua Coronel Madureira, nº 77, Centro, Saquarema, reuniu-se a Comissão de Licitação sob a Presidência do Senhor Samuel Aranda Neto, estando presentes os demais membros: Jaqueline Gouveia da Silva, Flavio Fernandes José da Silva, Guilherme Vinicius e Castro Silva da Silveira e Ricardo Sodré Aguiar nomeados através da Portaria Nº 542 de 11 de julho de 2019, para análise e julgamento do recurso apresentado pela empresa **SANTA LUZIA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, referente ao Processo nº 11.162/2019, licitação na modalidade Concorrência Pública de nº 018/2019 do tipo menor preço global, onde será classificada a proposta que apresentar o menor valor global sob regime de execução indireta por empreitada por menor preço global visando à **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E DE MÃO DE OBRA, PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE DIVERSAS ESTRADAS DA SERRA DO MATOGROSSO, TINGUI E RIO MOLE, NO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ**. Sumariamente, a empresa **SANTA LUZIA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA** protocolou no dia 21/01/2020 (vinte e um de janeiro de dois mil e vinte) memorial recursal sob nº 1.455/2020, onde, resumidamente, a recorrente alega que discorda do julgamento realizado pela comissão de licitação, que teve como resultado a sua inabilitação no presente certame e requer que seja habilitada por cumprir com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório. A inabilitação da empresa decorreu pela validade do documento apresentado à fl. 111, cuja emissão data de 07/01/2019 (sete de janeiro de dois mil e dezenove), estando, portanto, em desacordo com o estabelecido nos itens 1.4 e 11.7.2. do edital, conforme redação que segue *in verbis*:

“1.4 Inexistindo prazo de validade em qualquer documento, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem a 90 (noventa) dias da data final para a entrega dos envelopes.”

“11.7.2 Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação.” (grifamos)

Em seu memorial recursal a empresa cita sobre o documento apresentado pela mesma à fl. 112 que se trata de “Cartão de Inscrição Imobiliária” de seu município sede. Em análise aos autos, a CPL pôde verificar que o documento apresentado à fl. 112 atende aos requisitos do item 11.7.2, tratando-se de inscrição municipal e estando dentro do prazo de validade, cujo prazo final é 31/12/2019 (trinta e um de dezembro de dois mil e dezenove), passando como novo entendimento para a comissão que o documento juntado à fl. 111, apesar de não apresentar validade perante este instrumento convocatório em seu item 1.4, tem valor de documento complementar, pois a Cartão de Inscrição Imobiliária (Cadastro Municipal) atende ao item 11.7.2 do edital. Logo, para análise do pleito, frisamos que a Administração Pública do Município de Saquarema, bem como a Comissão Permanente de Licitação deverá ter seu julgamento objetivo, em conformidade com o instrumento convocatório a qual está vinculada e para isonomia em suas licitações públicas, conforme estabelecido no Art. 3º da Lei 8.666/93. Portanto recebemos o recurso interposto, dele tomamos conhecimento porque tempestivo, para no mérito **ACOLHEMOS** seu provimento, consubstanciado na análise técnica, considerando



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Departamento de Licitações e Contratos



os termos e fundamentos ora expostos, firmamos que a recorrente **ASSISTE RAZÃO** em seu recurso, portanto demos-lhe provimento para que a empresa **SANTA LUZIA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA** seja declarada **HABILITADA** neste certame, podendo prosseguir com sua continuação. Encaminhe-se a PGM para ciência e parecer, posteriormente à Autoridade Competente para ciência e anuência dos atos praticados pela CPL. Não havendo mais nada a acrescentar foi encerrada a sessão às 11:45 horas, da qual eu, Guilherme Vinícius e Castro Silva da Silveira, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais presentes.

Samuel Aranda Neto
Presidente da Comissão de Licitação

Ricardo Sodré Aguiar
membro

Jaqueline Gouveia da Silva
membro

Flavio Fernandes José da Silva
membro

Guilherme Vinícius e Castro S. da Silveira
membro